

2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão e Demonstrações

Financeiras Consolidadas

P.B. Chaves
[Handwritten signatures]

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - 2019

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - 2019	1
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	2
Apresentação.....	2
Entidades incluídas no perímetro de consolidação.....	3
Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação	4
Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação;.....	4
Análise ao Balanço.....	5
Análise à Demonstração de Resultados	6
Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	8
BALANÇO CONSOLIDADO	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA.....	11
FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS.....	12
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	13

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

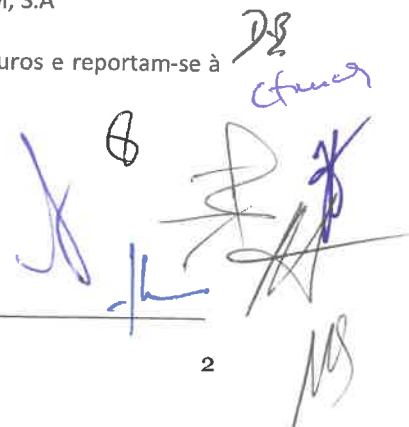
APRESENTAÇÃO

O Município de Albergaria-a-Velha, relativamente ao exercício de 2018, apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, na sequência da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no artigo 75.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estabelece que os municípios “apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, em relação às entidades controladas ou participação em empresas locais (independentemente da percentagem de participação ou detenção do município).

Para a elaboração deste documento, seguimos as regras definidas no RFALEI, na Portaria n.º 474/2010, publicada no D.R. 2ª. Série, n.º. 126, de 2 de julho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º. 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Não tendo o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) estabelecido quaisquer princípios e normas orientadoras à elaboração de contas consolidadas, nem o plano sectorial aplicável ao Município de Albergaria-a-Velha (POCAL), apenas seguimos as orientações dadas pelos diplomas enunciados, bem como, as instruções publicadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), com o objetivo de operacionalizar a consolidação de contas a apresentar pelos Municípios.

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha engloba para além do próprio Município, a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A

Os valores apresentados nos documentos e informações seguintes são em euros e reportam-se à data de 31.12.2019, salvo menção expressa em contrário.



ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação compreende a entidade mãe (município) - a que detém o controlo sobre outras entidades – e as entidades controladas (filhas), a menos que alguma possa (deva) ser excluída ou possa ser dispensada.

Os critérios para dispensa e exclusão são: a dimensão (materialidade); a natureza da atividade; as restrições ao exercício do poder; e a detenção para venda num período próximo.

Para além das situações referidas no parágrafo anterior, determina o RFALEI, no seu art.º 75º (n.º 6), a obrigação de serem ainda consolidadas as empresas locais, detidas pelo município (entidade mãe), independentemente da percentagem de participação ou situação de controlo.

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha compreende a:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, S.A

A Município foi constituída em 1999, e integra o Município de Albergaria-a-Velha no ano de 2002.

A sua principal atividade desenvolve-se nas áreas da fotografia aérea, cartografia, cadastro, formação, consultoria e SIG.

EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

O Município de Albergaria-a-Velha, durante o ano de 2019, não desenvolveu qualquer relação comercial ou atividade com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.

Em 2019, o Município de Albergaria-a-Velha não registou qualquer fluxo financeiro ou económico com Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A..

Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica;

Das atividades municipais elencadas no artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (diploma que revogou a Lei 159/99, de 14 de setembro) o Município de Albergaria-a-Velha e a entidade incluída no perímetro de consolidação não desempenharam quaisquer atividades em conjunto.

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO;

A previsão da evolução futura da entidade que compõe o perímetro de consolidação será bastante condicionada pela conjuntura económica, não se perspetivando de momento a participação em mais entidades privadas ou pertencentes ao setor local.

Face ao peso relativo da participação do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada, e a evolução da mesma não terá efeito materialmente relevante nas contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha.

8
DS
C
J
P
MS

ANÁLISE AO BALANÇO

Da consolidação de contas do grupo público do Município de Albergaria-a-Velha, apresentam-se alguns indicadores de análise financeira ao balanço consolidado.

BALANÇO CONSOLIDADO	2019	%	2018	%	2017	%
Imobilizado	72.592.815,50	92,0%	71.740.470,49	90,9%	71.147.409,04	90,9%
Existências	54.914,54	0,1%	69.673,17	0,1%	98.460,34	0,1%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	180.275,24	0,2%	108.481,86	0,1%	182.893,10	0,2%
Disponibilidades	2.857.376,85	3,6%	2.748.501,47	3,5%	2.917.318,59	3,7%
Acréscimos e diferimentos	4.236.345,07	5,4%	4.218.045,12	5,3%	3.907.584,14	5,0%
ATIVO	79.921.727,20	100,0%	78.885.172,11	100,0%	78.253.665,21	100,0%
Património	61.951.831,21	116,6%	61.951.831,21	116,6%	61.951.831,21	115,7%
Ajustamentos em partes de capital	2.106,66	0,0%	2.156,19	0,0%	2.584,51	0,0%
Reservas	205.420,30	0,4%	205.420,30	0,4%	205.420,30	0,4%
Subsídios	564.386,60	1,1%	564.386,60	1,1%	564.386,60	1,1%
Doações	316.149,39	0,6%	310.777,10	0,6%	310.407,10	0,6%
Resultados	- 10.056.583,69	-18,9%	- 9.924.351,44	-18,7%	- 9.508.161,20	-17,8%
FUNDO PRÓPRIOS	52.983.310,47	100,0%	53.110.219,96	100,0%	53.526.468,52	100,0%
Provisões para riscos e encargos	156.478,08	0,6%	123.978,08	0,5%	123.978,08	0,5%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	4.745.761,49	17,6%	3.889.045,08	15,1%	3.453.558,98	14,0%
Dívidas a terceiros - curto prazo	2.016.249,13	7,8%	2.029.399,11	7,9%	1.937.440,93	7,8%
Acréscimos e diferimentos	20.019.928,03	77,7%	19.732.529,88	76,6%	19.212.218,70	77,7%
PASSIVO	26.938.416,73	100,0%	25.774.952,15	100,0%	24.727.196,69	100,0%

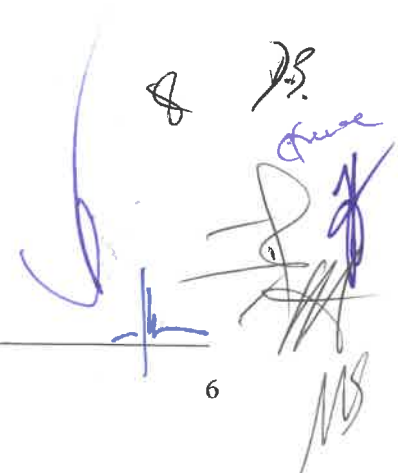
INDICADORES DE BALANÇO

Indicadores de Balanço Consolidado			
Indicadores	2019	2018	2017
Estrutura do Ativo			
Ativo fixo / Ativo total	90,8%	90,9%	90,9%
Ativo circulante / Ativo total	3,9%	3,7%	4,1%
Ativo fixo / Ativo circulante	2347,3%	2451,3%	2224,3%
Estrutura da Dívida			
Dívida de curto prazo / Dívida longo prazo	42,5%	52,2%	56,1%
Análise do Ativo Fixo			
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1529,6%	1844,7%	2060,1%
Análise do Passivo exigível			
Dívida de curto prazo / Fundos próprios	3,8%	3,8%	3,6%
Dívida médio longo prazo / Fundos próprios	9,0%	7,3%	6,5%
Grau de autonomia			
Fundos próprios/Ativo	66,3%	67,3%	68,4%
Índice de Liquidez Imediata			
Disponibilidades / Dívidas a curto prazo	141,7%	135,4%	150,6%

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Da consolidação de contas do grupo público do Município de Albergaria-a-Velha, apresenta-se a representatividade de cada uma das rubricas da demonstração de resultados.

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA	2019	%	2018	%	2017	%
CUSTOS E PERDAS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	279.376,26	1,9%	342.008,35	2,4%	364.400,33	2,4%
Fornecimentos e serviços externos	4.988.501,55	34,2%	4.996.294,34	34,4%	4.711.708,25	31,2%
Custos com o pessoal	4.566.540,02	31,3%	4.418.632,53	30,5%	4.131.303,49	27,3%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.515.737,27	10,4%	1.315.518,10	9,1%	1.239.112,16	8,2%
Amortizações do exercício	2.797.614,43	19,2%	2.965.442,45	20,4%	2.903.386,59	19,2%
Provisões do exercício	32.500,00	0,2%	35.965,79	0,2%	128.344,79	0,8%
Outros custos e perdas operacionais	6.697,16	0,0%	11.336,45	0,1%	33.686,41	0,2%
Custos e perdas financeiras	30.459,26	0,2%	10.960,11	0,1%	12.156,33	0,1%
Custos e perdas extraordinárias	376.885,00	2,6%	407.227,80	2,8%	689.806,71	4,6%
TOTAL	14.594.310,95	100,0%	14.503.385,92	100,0%	14.213.905,06	100,0%
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e prestações de serviços:	1.016.736,14	7,0%	1.048.194,85	7,4%	922.715,35	6,9%
Impostos e taxas	5.053.091,25	34,9%	5.235.268,47	36,8%	4.643.575,69	34,6%
Variação da produção	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-	-
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-	-
Proveitos suplementares	442,33	0,0%	86,32	0,0%	0,00	0,0%
Transferências e subsídios obtidos	6.918.280,28	47,8%	6.437.198,12	45,3%	6.285.102,14	46,9%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1.947,35	0,0%
Proveitos e ganhos financeiros	999.273,29	6,9%	1.054.431,30	7,4%	1.078.581,20	8,1%
Proveitos e ganhos extraordinários	474.255,41	3,3%	442.107,19	3,1%	474.934,64	3,5%
TOTAL	14.462.078,70	100,0%	14.217.286,25	100,0%	13.406.856,37	100,0%
RESULTADO LÍQUIDO	-132.232,25		-286.099,67		-807.048,69	



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A atual crise que se faz sentir provocada pela pandemia do Coronavírus e que levou, a 18 de março, à declaração do estado de emergência em Portugal, com o conseqüente estabelecimento de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID 19, vai provocar, inevitavelmente, impactos na atividade municipal e nas contas do ano 2020 e seguintes. Na presente data, não é possível quantificar esses impactos, uma vez que o mesmo dependerá da evolução da situação atual. No entanto, o Executivo Municipal está convicto que com as medidas já tomadas e as previstas tomar, os eventuais impactos, não colocam em causa a continuidade e o regular funcionamento das operações do município.

O Executivo Municipal, consciente do atual panorama mundial e, particularmente, local, tem vindo a atuar no sentido da prevenção da disseminação da COVID-19 e do apoio às entidades e à população em geral, mobilizando todos os meios e recursos disponíveis, por forma a promover uma maior eficácia e eficiência no combate a esta crise.

É expectável que o impacto provocado pela crise afete, nomeadamente:

a) a arrecadação da receita relativa aos impostos municipais, como a derrama, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre a Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC), quer pela redução da atividade quer pelo diferimento do prazo para cumprimento das obrigações legais;

b) a arrecadação de receita associada a taxas e a prestações de serviços;

c) o grau de execução dos projetos cofinanciados;

d) o grau de execução das empreitadas de obras públicas e das prestações de serviços;

e) o acréscimo de despesa em áreas de abrangência do conceito de saúde pública e de apoio financeiro a instituições de apoio a idosos do concelho.

Face ao peso relativo da participação do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada, o eventual impacto da atual crise que se faz sentir provocada pela pandemia do Coronavírus na mesma, não terá efeito materialmente relevante nas contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha.

ORGÃO EXECUTIVO
Em 17 de Junho de 2020

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 26 de Junho de 2020

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA BALANÇO CONSOLIDADO

ANO:2019

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2019			2018
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	628.028,38	-	628.028,38	452.674,23
452	Edifícios	-	-	-	-
453	Outras construções e infra-estruturas	54.317.425,76	40.239.805,98	14.077.619,78	13.281.337,71
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	61.500,00	-	61.500,00	61.500,00
459	Outros bens de domínio público	654.251,00	492.436,55	16.1814,45	190.790,00
445	Imobilizações em curso	258.343,17	-	258.343,17	1477.032,90
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	-
		55.919.548,31	40.732.242,53	15.187.305,78	15.463.334,84
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	-	-	-	-
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-
433	Propriedade industrial e outros direitos	526.323,19	506.941,09	19.382,10	17.641,31
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		526.323,19	506.941,09	19.382,10	17.641,31
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	18.164.624,52	-	18.164.624,52	16.871.690,88
422	Edifícios e outras construções	48.077.464,57	14.877.869,01	33.199.595,56	33.551.633,44
423	Equipamento básico	5.233.029,47	3.629.462,82	1.603.566,65	1.540.881,51
424	Equipamento de transporte	1.015.885,92	881.965,91	133.920,01	124.158,01
425	Ferramentas e utensílios	199.387,45	178.947,12	20.440,33	22.657,54
426	Equipamento administrativo	1.523.777,51	1.368.443,22	155.334,29	141.684,38
427	Taras e vasilhame	-	-	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	660.027,52	463.800,73	196.226,79	229.076,04
442	Imobilizações em curso	2.008.225,35	-	2.008.225,35	1.873.308,46
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
		76.882.422,31	21.400.488,81	55.461.933,50	54.355.090,26
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.426.717,12	-	1.426.717,12	1.426.927,08
412	Obrigações e títulos de participação	477.477,00	-	477.477,00	477.477,00
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
441	Imobilizações em curso	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		1.904.194,12	-	1.904.194,12	1.904.404,08
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80.924,84	26.110,84	54.814,00	69.572,63
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produto acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	100,54	-	100,54	100,54
37	Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
		81025,38	26.110,84	54.914,54	69.573,17

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
BALANÇO CONSOLIDADO

ANO:2019

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2019			2018
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
211	Clientes, c/c	20.044,87	-	20.044,87	16.182,17
212	Contribuintes, c/c	-	-	-	-
213	Utentes, c/c	69.743,87	-	69.743,87	69.662,02
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	20.844,96	20.002,76	842,20	3.311,17
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	85.850,66	-	85.850,66	15.814,40
264	Administração autárquica	-	-	-	-
267 + 268	Outros devedores	3.793,64	-	3.793,64	3.512,10
		200.278,00	20.002,76	180.275,24	108.481,66
	Títulos negociáveis				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos de dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.853.014,18	-	2.853.014,18	2.743.984,77
11	Caixa	4.362,67	-	4.362,67	4.516,70
		2.857.376,85	-	2.857.376,85	2.748.501,47
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	4.172.279,19	-	4.172.279,19	4.171.895,13
272	Custos diferidos	64.065,88	-	64.065,88	46.149,99
		4.236.345,07	-	4.236.345,07	4.218.045,12
	Total de Amortizações		62.639.672,43		
	Total de Provisões		46.113,60		
	Total do Ativo	142.607.513,23	62.685.786,03	79.921.727,20	78.885.172,11

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
BALANÇO CONSOLIDADO

ANO:2019

Código das Contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2019	2018
		AL	AL
	Fundos próprios		
51	Património	6195183121	6195183121
55	Ajustamento de partes de capital empresas	2.106,66	2.166,19
56	Reservas de reavaliação	-	-
	Reservas		
571	Reservas legais	205.420,30	205.420,30
572	Reservas estatutárias	-	-
573	Reservas contratuais	-	-
574	Reservas livres	-	-
575	Subsídios	564.386,60	564.386,60
576	Doações	316.149,39	310.777,10
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	-	-
59	Resultado transitados	- 9.924.351,44	- 9.638.251,77
88	Resultado líquido do exercício	- 132.232,25	- 286.099,67
		52.983.310,47	53.110.219,96
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	156.478,08	123.978,08
		156.478,08	123.978,08
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	4.745.761,49	3.862.516,58
268	Outros Credores - Fundo de Apoio Municipal	-	26.526,50
		4.745.761,49	3.889.043,08
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	51139184	51099157
269	Adiantamentos por conta de vendas	104.800,00	-
221	Fornecedores, c/c	104.882,46	239.439,31
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	158.287,92	38.083,55
252	Credores pela execução do orçamento	-	-
217	Clientes e utentes c/ cauções	14.848,32	14.848,32
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	7.620,25	45.716,71
24	Estado e outros entes públicos	41574,88	38.023,74
264	Administração autárquica	-	-
267 + 268	Outros credores	1073.043,46	144.316,91
		2.016.249,13	2.029.399,11
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1025.577,75	875.307,89
274	Proveitos diferidos	13.994.350,28	13.857.221,99
		20.019.928,03	19.732.529,88
	Total de Fundos Próprios e Passivo	79.921.727,20	78.885.172,11

ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de JUNHO de 2020

[Handwritten signatures]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 16 de JUNHO de 2020

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
Demonstração de Resultados Consolidada

ANO:2019

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2019		2018	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	-	-	-	-
	Matérias	279.376,28	279.376,28	342.008,35	342.008,35
62	Fornecimentos e serviços externos	4.988.501,55		4.998.294,34	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	3.441.889,25		3.320.263,07	
643 a 648	Encargos sociais	1.24.650,77	9.555.041,57	1098.369,46	9.414.928,87
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1515.737,27	1515.737,27	1315.518,10	1315.518,10
66	Amortizações do exercício	2.797.614,43		2.985.442,45	
67	Provisões do exercício	32.500,00	2.830.114,43	35.985,79	3.001.408,24
65	Outros custos e perdas operacionais	6.697,15	6.697,15	11.336,45	11.336,45
	A)		14.188.968,69		14.085.198,01
68	Custos e perdas financeiras	30.459,28	30.459,28	10.860,11	10.860,11
	C)		14.217.425,95		14.096.158,12
69	Custos e perdas extraordinárias	376.885,00	376.885,00	407.227,80	407.227,80
	E)		14.594.310,95		14.503.385,92
88	Resultado líquido do exercício		- 132.232,25		- 286.099,67
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	-	-	-	-
7112+7113	Vendas de produtos	10.131,09		22.250,56	
712	Prestações de serviços	1006.605,05	1018.736,14	1025.944,29	1048.194,85
72	Impostos e taxas	5.053.091,25		5.235.268,47	
	Variação da produção	-	-	-	-
75	Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
73	Proveitos suplementares	442,33		86,32	
74	Transferências e subsídios obtidos	6.918.280,28		6.437.188,12	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	11971813,86	-	11672.552,91
	B)		12.988.550,00		12.720.747,76
78	Proveitos e ganhos financeiros	999.273,29	999.273,29	1054.431,30	1054.431,30
	D)		13.987.823,29		13.775.179,06
79	Proveitos e ganhos extraordinários	474.255,41	474.255,41	442.107,19	442.107,19
	F)		14.462.078,70		14.217.286,25

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)-(A).....	- 1.188.418,69	- 1.364.450,25
Resultados financeiros: (D)-(C-A).....	988.814,03	1043.471,19
Resultados correntes: (D)-(C).....	- 229.602,66	- 320.979,06
Resultados Líquido do Exercício: (F)-(E).....	- 132.232,25	- 286.099,67

ORGÃO EXECUTIVO

Em 17 de JUNHO de 2020

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de JUNHO de 2020

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Os fluxos de caixa consolidados coincide com os fluxos de caixa da conta individual do município, uma vez que o método de equivalência patrimonial não o altera.

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ANO:2019

RECEBIMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.748.501,47
Execução Orçamental	1.998.804,77	
Operações de Tesouraria	749.696,70	
Total das Receitas Orçamentais		16.065.198,11
Receitas Correntes		13.158.814,41
Receitas Capital		2.893.256,38
Receitas Outras		13.127,32
Operações de Tesouraria		995.079,42
TOTAL		19.808.779,00
PAGAMENTOS		
Total das Despesas Orçamentais		15.941.970,64
Despesas Correntes		11.410.002,97
Despesas Capital		4.531.967,67
Operações de Tesouraria		1.009.431,51
Saldo da Para a Gerência Seguinte		2.857.376,85
Execução Orçamental	2.122.032,24	
Operações de Tesouraria	735.344,61	
TOTAL		19.808.779,00

ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
Em 17 de JUNHO de 2020	Em 25 de JUNHO de 2020
	<i>Alcides Pinheiro de Almeida</i>

[Handwritten signatures]
D.S. S. S.

[Handwritten signatures]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Caraterização da entidade consolidante a 31/12/2019

Município de Albergaria-a-Velha

NIF: 506 783 146

Composição do Órgão Executivo de 01.01.19 a 31.12.2019:

Presidente: António Augusto Amaral Loureiro Santos

Vereadores: Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira

Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes

Sandra Isabel Silva Melo de Almeida

José António Nogueira Souto Amaro Pereira

José Licínio Tavares Pimenta

Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Caraterização das entidades consolidadas a 31/12/2019

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

NIF: 504 475 606

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Fernando do Nascimento Trigo

Administrador: Rui Manuel da Graça Coias

Administrador: João Pedro Brito da Silva

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

1.1 ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido em 2019	Obs.	M.C.
Município de Albergaria-a-Velha	Praça Ferreira Tavares Albergaria-a-Velha	Autarquia Local – As constantes da Lei 75/2013, de 12 de setembro	-	-	a)	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	TagusPark, Deiras	Fotografia Aérea, Cartografia, Cadastro, Formação, Consultoria e SIG.	MAV MUN OUT	0,155%	b)	M.E.P.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º1 do Artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

b) Entidade detida maioritariamente por Municípios.

MAV – Município de Albergaria-a-Velha

MUN – Outros Municípios

OUT – Outras Entidades

M.C. – Método de Consolidação

M.E.P. – Método de Equivalência Patrimonial

Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Ativo	Passivo	Capitais Próprios (1)	Resultado do Período
Município de Albergaria-a-Velha	79.921.750,69	26.938.416,73	52.983.333,96	-132.071,82
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	6.217.485,89	3.010.184,93	3.207.300,96	-103.647,02

1) Incluindo Resultado Líquido do Período

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '14' at the bottom.

1.2 ENTIDADES NÃO SUJEITAS A CONSOLIDAÇÃO

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido pelo Município em 2019	Obs.
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Travessa Rua da Paz, 4 3800-587 Cacia - Aveiro	Serviço de abastecimento de água e de saneamento	6,37 %	a)
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Estrada de Trouxemil – Agrada Vale das Raposas 3025-607 Vil de Matos	Tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro	1,015 %	b)
ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque 3030-410 Coimbra	Promover a conceção da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do centro litoral de Portugal	0,59 %	a)
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.	0,114%	a)
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 COIMBRA	A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	c)	d)
Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga	Lugar da Feira Nova, EN 1 3850-200 Albergaria-a-Velha	Sistema de Abastecimento em Alta na região de Aveiro, de água de qualidade para consumo humano	c)	d)
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Rua do Carmo, 20 3800-127 Aveiro	Instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram.	c)	d)
Associação dos Caminhos de Fátima	Av. D. José Alves Correia da Silva 2495-402 FÁTIMA OURÉM	O fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima, em todas as suas dimensões, a ajuda ao peregrino e/ou caminhante, a defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	c)	d)

- a) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente pelo Estado.
- b) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem do capital é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente por privados.
- c) Não aplicável
- d) Entidade não abrangida para efeitos de consolidação, por inexistência dos requisitos previstos no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.3 - NÚMERO DE TRABALHADORES EM 31-12-2019

Entidade	N.º Trabalhadores
Município de Albergaria-a-Velha	233
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	38

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não existem situações que afetem o resultado do exercício que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

O método de consolidação utilizado foi o da equivalência patrimonial e a participação do Município na entidade anteriormente referida não é materialmente relevantes, a aplicação deste método para consolidação das contas individuais não provoca alterações materialmente relevantes.

Assim as demonstrações financeiras consolidadas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das entidades incluídas na consolidação.

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Considerando que a participação detida pelo Município na entidade sujeita a consolidação é inferior a 50%, foi adotado o método de equivalência patrimonial para determinar o valor do investimento financeiro.

Não existiram quais fluxos financeiros entre a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. e o Município de Albergaria-a-Velha

As participações do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada encontram-se registada a custo de aquisição nas contas individuais do Município.

Tendo-se utilizado o método da equivalência patrimonial para efeitos de consolidação com a entidade do perímetro, estão registadas as respetivas variações patrimoniais, incluindo-se os resultados transitados, o resultado líquido do exercício, e as transferências para equilíbrio de resultados da seguinte forma.

Entidade	Investimento Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP) Acumulado	Investimentos Financeiros (Consolidado)
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	-23,49 €	4.964,49

No ano de 2019, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-49,53 €), e custos em entidades participadas (160,43€).

Nos anos anteriores foram efetuadas os seguintes ajustamentos através da aplicação do método de equivalência patrimonial:

A WRC, foi extinta e liquidada em 2018, pelo que se procedeu ao abate contabilístico desse investimento financeiro, após o reajustamento obtido em anos anteriores, por contrapartida da conta ajustamentos de capital em empresas face aplicação do método de equivalência patrimonial (428,32 €). Em 2018, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados na conta ganhos em entidades participadas (9,43€).

No ano de 2017, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (26,59€), ganhos em entidades participadas (15,36€), e custos em entidades participadas (1.373,54€).

Em 2016, e após consolidação/eliminação dos dividendos (53,17 €) relativos às contas do ano de 2015 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (410,75), ganhos em entidades participadas (12,39€).

Em 2015, e após consolidação/eliminação da transferência financeira (1.914,44€) para equilíbrio de contas do ano de 2013 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-1.933,62€), incluindo a consolidação da transferências financeira referida, ganhos em entidades participadas (54,72€) e custos em entidades participadas (718,03€).

Em 2014, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (4.080,81€) resultados transitados (-7.596,72€), ganhos em entidades participadas (56,79€) e custos em entidades participadas (79,59€).

Assim para efeitos de consolidação verificaram-se os seguintes ajustamentos entre 2014 e 2019 ao investimento financeiro atual (Município):

Entidade	Investimentos Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP)						Investimentos Financeiros (Consolidados 2019)
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	147,10 €	54,62 €	-40,02 €	15,34€	9,43 €	-209,96 €	4.964,49 €

3.1 COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Não se verificam quaisquer situações que alterem a comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas, tendo-se verificado a extinção e liquidação da WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., pelo que se alterou o perímetro de consolidação.

3.2 CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As participações do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada encontram-se registada a custo de aquisição nas contas individuais do Município, sendo relevada nas contas consolidadas através do método da equivalência patrimonial.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

4.1 DESCRIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO:

	Município de Albergaria-a-Velha	Grupo Público Consolidado
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.745.761,49	4.745.761,49
TOTAL	4.745.761,49	4.745.761,49

O montante constante do balanço relativo a dívidas a instituições de crédito a curto prazo (empréstimos) não se encontra refletido no quadro anterior e ascende a 511.391,84 €, sendo a natureza destes empréstimos de médio e longo e prazo.

A utilização do método de equivalência patrimonial, para efeitos de consolidação, não provoca qualquer ajustamento ao endividamento.

5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Entre o Município de Albergaria-a-Velha e a Município não se registou qualquer fluxo económico ou financeiro.

Município de Albergaria-a-Velha/ Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..										
TIPO DE FLUXO	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas No Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídas No Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações Comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do Capital em Numerário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações do Capital em Espécie	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

A entidade incluída no perímetro de consolidação não está sujeita às regras da contabilidade pública. O método de equivalência patrimonial não prevê a consolidação dos compromissos, devendo por isso ser considerados os compromissos constantes da conta individual do Município de Albergaria-a-Velha.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located in the bottom right corner of the page.

6.1 MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO E QUE SE VENCEM NOS QUATRO ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO

Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	Dívida a 31 de dezembro de 2018 de MLP	A liquidar entre 2021 e 2023	Dívida a Vigorar Após 2023
Dívidas a instituições de crédito			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.899.059,27 €	984.407,40 €	1.914.651,87 €
Banco BPI, S.A.	1.752.673,28 €	441.196,58 €	1.311.476,70 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	94.028,94 €	94.028,94 €	0,00 €
TOTAL	4.745.761,49 €	1.519.632,92 €	3.226.128,57 €

O montante de 511.391,85 € refletido no balanço na rubrica relativa a dívidas a instituições de crédito a curto prazo (empréstimos) não se encontra refletido no quadro anterior, uma vez que a sua exigibilidade é de curto prazo, no entanto a sua natureza é médio e longo prazo.

6.2 RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

O total das garantias bancárias prestadas pelo Município é de 113.585,68 euros.

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Considerando que foi aplicado o método de equivalência patrimonial, relevam-se as políticas contabilísticas do Município de Albergaria-a-Velha, as quais se encontram previstas no POCAL.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671 / 2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de Abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Investimentos financeiros

A entidade associada está contabilizada pelo método da equivalência patrimonial, no âmbito das contas consolidadas. As restantes participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.

Existências

As existências são valorizadas ao custo médio.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade do Município de Albergaria-a-Velha, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de não recebimento seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;

100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

22

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

8.1 MOVIMENTOS CONSOLIDADOS NAS RUBRICAS DE ATIVO IMOBILIZADO

A utilização do método da equivalência patrimonial apenas difere nas partes de capital do mapa de ativo bruto individual, face aos ajustamentos efetuados através do MEP ao longo dos anos.

GRUPO PÚBLICO - MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA

ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO)		ANO: 2019						
Rubricas	Ativo Bruto	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistro + Abates + Transf.	Ajustamentos MEP	Saldo Final	
451	Terrenos e recursos naturais	452.674,23	0,00	170.000,00	0,00	5.354,5	0,00	628.028,38
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	52.362.036,91	0,00	0,00	0,00	1.955.388,85	0,00	54.317.425,76
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	61500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61500,00
459	Outros bens de domínio público	653.000,00	0,00	0,00	0,00	1251,00	0,00	654.251,00
445	Imobilizações em curso	1.477.032,90	0,00	680.906,42	0,00	-1.899.596,5	0,00	258.343,17
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		55.006.244,04	0,00	850.906,42	0,00	62.397,85	0,00	55.919.548,31
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	505.677,02	0,00	20.646,17	0,00	0,00	0,00	526.323,19
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		505.677,02	0,00	20.646,17	0,00	0,00	0,00	526.323,19
421	Terrenos e recursos naturais	16.871.690,88	0,00	1.370.980,50	0,00	-78.048,86	0,00	18.164.624,52
422	Edifício e outras construções	47.301.635,25	0,00	50.231,77	0,00	625.597,55	0,00	48.077.464,57
423	Equipamento básico	4.848.289,98	0,00	443.282,64	0,00	-59.543,5	0,00	5.233.029,47
424	Equipamento de transporte	975.906,31	0,00	39.979,61	0,00	0,00	0,00	1.015.885,92
425	Ferramentas e utensílios	193.684,86	0,00	5.702,59	0,00	0,00	0,00	199.387,45
426	Equipamento administrativo	1.460.740,00	0,00	70.249,17	0,00	-7.211,66	0,00	1.523.777,51
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	649.329,21	0,00	10.698,31	0,00	0,00	0,00	660.027,52
442	Imobilizações em curso	1.873.308,46	0,00	760.194,64	0,00	-625.277,75	0,00	2.008.225,35
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		74.174.584,95	0,00	2.851.319,23	0,00	-143.481,87	0,00	76.882.422,31
411	Partes de capital	1.426.927,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-209,96	1.426.717,12
412	Obrigações e títulos de participação	477.477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477.477,00
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.904.404,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-209,96	1.904.194,12

8.2 MOVIMENTOS CONSOLIDADOS DAS AMORTIZAÇÕES

A utilização do método da equivalência patrimonial não provocou qualquer alteração no mapa de amortizações e provisões individual.

GRUPO PÚBLICO - MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

ANO: 2019

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
485 De Bens de domínio público				
4851 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4852 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
4853 Outras construções e infraestruturas	39.080.699,20	1.159.106,78	0,00	40.239.805,98
4855 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859 Outros bens de domínio público	462.210,00	30.226,55	0,00	492.436,55
	39.542.909,20	1.189.333,33	0,00	40.732.242,53
483 De Imobilizações incorpóreas				
4831 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832 Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
4833 Propriedade industrial e outros direitos	488.035,71	18.905,38	0,00	506.941,09
	488.035,71	18.905,38	0,00	506.941,09
482 De Imobilizações Corpóreas				
4821 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4822 Edifícios e outras construções				
48221 Edifícios	10.113.021,00	831.193,30	0,00	10.944.214,30
48222 Outras construções	3.636.980,81	296.673,90	0,00	3.933.654,71
4823 Equipamento básico	3.307.408,47	322.070,55	0,00	3.629.479,02
4824 Equipamento de transporte	85.174,30	30.217,61	16,20	88.194,91
4825 Ferramentas e utensílios	171.027,32	7.919,80	0,00	178.947,12
4826 Equipamento administrativo	1.319.055,62	57.753,00	8.365,40	1.368.443,22
4827 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
4829 Outras imobilizações corpóreas	420.253,17	43.547,56	0,00	463.800,73
	19.819.494,69	1.589.375,72	8.381,60	21.400.488,81
481 De Investimentos em imóveis				
4811 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4812 Edifícios e outras construções:				
48121 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48122 Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
49 De Investimentos Financeiros				
491 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
492 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
495 Outras aplicações financeiras:				
4951 Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4952 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
4953 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a date '24'.

8.3 REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DAS ENTIDADES CONSTANTES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidade	Remunerações	Remunerações	Remunerações
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Fiscalização
Município de Albergaria-a-Velha (1)	155.285,48 €	12.298,65 €	9.640,14 €
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.. (2)	138.199,48 €	0,00 €	8.400,00 €

- (1) Valores das remunerações do órgão executivo pagas pela rubrica 0102-010101, valores das remunerações do órgão deliberativo paga pela rubrica 0101-010213. Remunerações do órgão de fiscalização concerne aos pagamentos efetuados às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.
- (2) O valor das remunerações do órgão executivo concerne ao valor pago relativamente a senhas de presença, a despesas de representação, a remunerações da administração, e à remuneração do Diretor Geral. A remuneração relativa ao órgão de fiscalização concerne ao Fiscal Único.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA Demonstração de resultados financeiros consolidada

ANO:2019

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	23.875,12	3.672,12	781	Juros obtidos	36,81	26,13
682	Perdas em entidades participadas	60,43	-	782	Ganhos em entidades participadas	-	9,43
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-	783	Rendimentos de imóveis	999.204,69	1001319,42
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-	784	Rendimentos de participações de capital	29,88	53.076,16
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-	785	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	-	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	6.423,71	7.287,99	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
	Resultados Financeiros	968.814,03	1.043.471,19	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	1,91	0,16
		999.273,29	1.054.431,30			999.273,29	1.054.431,30

8.5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA Demonstração de resultados extraordinários consolidada

ANO:2019

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de Capital Concedidas	257.670,51	193.147,41	791	Restituições de Impostos	-	-
692	Dividas Incobráveis	-	-	792	Recuperação de Dívidas	-	-
693	Perdas em Existências	-	-	793	Ganhos em Existências	1.344,35	41,66
694	Perdas em Imobilizações	78.074,71	212.523,98	794	Ganhos em Imobilizações	-	-
695	Multas e Penalidades	-	5,50	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	6.864,48	9.701,13
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	-	-	796	Reduções de Amortizações e Provisões	1011,64	-
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	41.139,78	1.550,91	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	19.413,12	18.895,93
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	-	-	798	Outros Proveitos e Ganho Extraordinários	445.621,82	413.468,47
	Resultados Extraordinários	97.370,41	34.879,39			474.255,41	442.107,19
		474.255,41	442.107,19			474.255,41	442.107,19

8.6 DESDOBRAMENTO DA CONTA DE PROVISÕES E MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA
Contas de Provisões Acumuladas

ANO:2019

		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	- €	- €	- €	- €
291	Provisões para Cobrança Duvidosa	21.014,40 €	- €	1011,64 €	20.002,76 €
292	Provisões para Riscos e Encargos	123.978,08 €	32.500,00 €	- €	156.478,08 €
39	Provisões para a Depreciação de Existências	26.110,84 €	- €	- €	26.110,84 €
49	Provisões para Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €

- 1) A utilização do método da equivalência patrimonial não provocou qualquer alteração nas contas de provisões das demonstrações financeiras individuais.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1 ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUE UTILIZAM SNC

Entidade
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

A aplicação do SNC pela entidade referida, bem como a participação detida pelo Município de Albergaria-a-Velha na mesma, não apresenta materialidade relevante na aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras ora apresentadas por aplicação do POCAL.

9.2 DÍVIDA

Dívida do Município de Albergaria-a-Velha

	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	
2312	Dívidas a instituições de crédito	4.745.761,49
		4.745.761,49
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	
2311	Empréstimos de curto prazo	511.391,84
269	Adiantamentos por conta de vendas	104.800,00
221	Fornecedores, c/c	104.682,46
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	158.287,92
217	Clientes e utentes c/ cauções	14.848,32
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	7.620,25
24	Estado e Outros Entes Públicos	41.574,88
262/3/7/8	Outros Credores	1.073.043,46
		2.016.249,13

Os montantes apresentados incluem operações de tesouraria (operações não orçamentais) no valor de 735.344,61 €, que não relevam para o limite da dívida total, conforme disposto no n.º2, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O montante relativo à contribuição para o FAM no valor de 26.526,50 €, não releva para efeitos do limite da dívida total, conforme esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos municípios para o capital do FAM, emitida pelo SATAPOCAL em maio de 2015.

A Município apresenta resultados antes de impostos positivos, não relevando por isso para o limite da dívida total previsto no art.º 52, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conforme disposto na alínea c), do artigo 54.º, da referida Lei.

9.3 COMENTÁRIOS RELATIVOS AOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DA CLASSE 5 DAS CONTAS INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA

Conta a Débito	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo
51 – Património	61.951.831,21			61.951.831,21
571 – Reservas Legais	205.420,30			205.420,30
575 – Subsídios	564.386,60			564.386,60
576 – Doações	310.777,10	5372,29		316.149,39
59 – Resultados Transitados	-9.630.484,42		291.897,30	-9.922.381,72

- Conta 576 – Foram registadas as doações efetuadas a favor do Município de Albergaria-a-Velha;

- Conta 59 – Foi registada a aplicação de resultados de 2018

9.4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA, TAMBÉM REFLETIDAS NAS CONTAS CONSOLIDADAS

O Município de Albergaria-a-Velha no âmbito do contrato de gestão celebrado para a criação da sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., teve direito a uma retribuição inicial que ascende a 8.812.684,61 €, relevado na conta de proveitos diferidos. O contrato de gestão vigora por 50 anos, pelo que o Município já reconheceu proveitos: em anos anteriores no valor de 1.630.346,64 €, e no exercício em apreço 176.253,69 €. Existem proveitos a reconhecer em exercícios futuros no valor de 7.006.084,28 €. Estes valores poderão estar sujeitos a ajustamentos uma vez que o EVEF da entidade se encontra em reavaliação, pelo que tendo em consideração a informação disponível, nomeadamente, os últimos cenários do EVEF, o Município considerou prudente manter a atual contabilização de apenas 66,5% da retribuição prevista no EVEF inicial.

ORGÃO EXECUTIVO
Em 17 de Junho de 2020

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 26 de Junho de 2020
Município de Albergaria-a-Velha

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS*

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Albergaria-a-Velha** (o Grupo), que compreendem balanço consolidado em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove (que evidencia um total de 79.921.727 euros e um total de fundos próprios de 52.983.310 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 132.232 euros), a demonstração de resultados consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Albergaria-a-Velha** em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

O Município possui mapas de inventário dos bens móveis e imóveis, elaborados de acordo com o previsto, na Portaria 671/2000, de 17 de abril. No entanto, dada a dimensão, natureza e complexidade da avaliação e inventariação do património do Município, não está assegurado de forma inequívoca que estes incluem a totalidade do imobilizado e pelos valores adequados. Deste modo, não é possível concluir, quanto às asserções inerentes às várias rubricas do imobilizado, (bens de domínio público e imobilizado corpóreo) designadamente quanto à plenitude, à titularidade e valorização, e por consequência das correspondentes amortizações e dos proveitos diferidos associados aos subsídios ao investimento, nem quantos aos eventuais impactos no ativo, passivo, fundos próprios e resultados do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado no ponto relativo a “factos relevantes ocorridos após o termo do exercício” do Relatório de Gestão Consolidado, a esta data, Portugal, e a generalidade dos países, encontra-se em situação de pandemia associada à COVID 19, a qual poderá vir a ter impactos significativos na envolvente económica e na atividade do Município. A extensão e grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis a esta data. No entanto, o Executivo Municipal não antecipa impactos que possam por em causa a continuidade e o regular funcionamento das operações do município.

Conforme referido nas notas 2.3. c) e 2.27 do Anexo às demonstrações financeiras individuais, foram constituídas, no exercício, provisões para riscos e encargos, no montante de 156.478 euros, que se destinam a fazer face a processos judiciais em curso. O resultado destes processos vai depender de prova a produzir em julgamento e das sentenças que vierem a ser proferidas, concluindo-se que os créditos reclamados assumem a natureza de litígios de valor incerto, pelo que à presente data não é possível antecipar quais virão a ser os resultados e os seus eventuais impactos nas Demonstrações Financeiras.

Conforme referido na nota 2.33. b) do Anexo às demonstrações financeiras individuais e na nota 9.4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidados, o Município, no âmbito do contrato de gestão celebrado com a Águas da Região de Aveiro, S.A., teve direito a uma retribuição inicial no montante de 8.812.685 euros, correspondente a 66,5% do valor da retribuição total calculada com base no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF) inicial. Por prudência, o Município tem vindo a reconhecer, apenas o valor recebido, de forma linear pelo número de anos previsto no referido contrato, ascendendo, os proveitos a reconhecer em exercícios futuros, ao montante de 7.006.084 euros. Como previsto, encontram-se em reavaliação o EVEF, procedimento que assenta em metodologias e variáveis de alguma complexidade e volatilidade, que poderá implicar eventuais ajustamentos financeiros, nomeadamente sobre a retribuição não atribuída.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

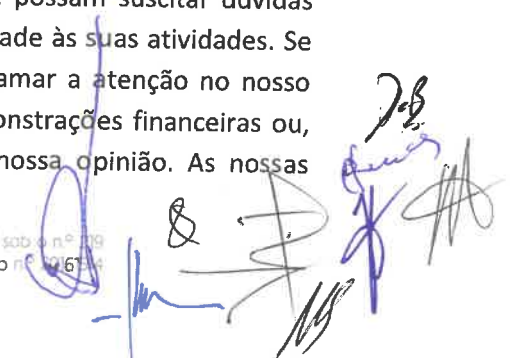
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das empresas ou atividades dentro do conjunto das empresas incluídas na consolidação para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do conjunto das empresas incluídas na consolidação e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, ___ de junho de 2020

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda
Representada por:

Helder Manuel Martins Pereira

Registado sob os n.ºs 1222 na OROC e 20160833 na CMVM

*** A presente CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, corresponde ao seu projeto final, tornando-se em versão definitiva no momento da aprovação das contas pela Câmara Municipal (no exercício das competências estabelecidas na alínea i), n.º 1, art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), na versão correspondente à minuta final das demonstrações financeiras que nos foram apresentadas para procedermos à sua Revisão.**